



Este livro tem o objetivo de demonstrar os efeitos provocados pelo novo Código Civil no Direito Eleitoral. Esses efeitos são de uma extensão indefinida, haja vista que as delimitações não são precisas, sendo definidas no decorrer do tempo com a consolidação doutrinária e jurisprudencial. Os paradigmas gerais são as conceituações de subsidiariedade e de complementaridade, que são termos abertos, no que também não oferecem uma precisão conceitual. Os artigos que foram reunidos são a oportunidade para que esse debate tenha início, com o escopo de desenvolver o direito processual eleitoral.

Autores

André Ramos Tavares, Walber de Moura Agra e Luiz Fernando Pereira

O DIREITO ELEITORAL E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Prefácio

Paulo Henrique dos Santos Lucon.

Área Específica

Direito Eleitoral.

Áreas Afins

Direito Público - Direito Constitucional - Direito Eleitoral.

Público-Alvo - Consumidores

Todos os operadores do Direito que militam na seara eleitoral.

Formato: 17x24 cm

CÓDIGO: 10000968

D597 O direito eleitoral e o novo Código de Processo Civil / Coordenadores: André Ramos Tavares; Walber de Moura Agra; Luiz Fernando Pereira; prefácio de Paulo Henrique dos Santos Lucon. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

485 p.
ISBN 978-85-450-0133-1

1. Direito eleitoral. 2. Direito público. 3. Direito constitucional. I. Tavares, André Ramos. II. Agra, Walber de Moura. III. Pereira, Luiz Fernando. IV. Lucon, Paulo Henrique dos Santos.

CDD: 342.07

CDU: 342.8

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

TAVARES, André Ramos; AGRA, Walber de Moura; PEREIRA, Luiz Fernando (Coord.). *O direito eleitoral e o novo Código de Processo Civil*. Belo Horizonte: Fórum, 2016. 485 p. ISBN 978-85-450-0133-1.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Paulo Henrique dos Santos Lucon.....15

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO ELEITORAL

ANDRÉ RAMOS TAVARES.....17

1 Significado abrangente de processo eleitoral no direito brasileiro.....17

2 Regime de princípios incidente sobre o processo eleitoral entendido no seu sentido amplo.....19

2.1 A summa divisio entre direito substancial e processual: elementos de sua superação no âmbito eleitoral.....19

2.2 Um processo eleitoral concebido a partir da constitucionalização do direito.....21

3 Pressupostos hermenêuticos relativos à aplicação de princípios constitucionais ao processo eleitoral: fragmentos de uma teoria concretista.....22

3.1 Aplicação judicial dos princípios do processo eleitoral e a necessária postura “interventiva” para assegurar a soberania popular: um caso ilustrativo da ressalva procedimentalista.....24

3.2 Novo Código de Processo Civil e a interpretação dos princípios do processo eleitoral.....26

4 Princípios do processo eleitoral.....28

4.1 Princípio democrático e soberania popular.....28

4.2 Princípio republicano e suas implicações no iter dos processos eleitorais.....30

4.3 Princípio da igualdade no pleito eleitoral: combate ao abuso do poder econômico,

político e midiático.....	32
4.3.1 Abuso do poder econômico.....	33
4.3.2 Abuso do poder político.....	34
4.3.3 Abuso do poder midiático.....	34
4.4 Proteção da confiança e anterioridade das leis do processo eleitoral.....	36
5 Conclusão.....	38
Referências.....	38

DIREITO PROCESSUAL ELEITORAL E A PARTE GERAL DO NOVO CPC

GUSTAVO BOHRER PAIM.....	41
1 Introdução.....	41
2 Codificação e parte geral.....	42
3 A parte geral do novo Código de Processo Civil.....	44
4 Teoria Geral do Processo e os direitos fundamentais.....	45
5 Direito processual eleitoral.....	49
5.1 Direito processual eleitoral e segurança jurídica.....	52
4.2 Direito processual eleitoral, parte geral do novo CPC e os direitos fundamentais.....	57
5 Conclusão.....	61
Referências.....	62

A AÇÃO ELEITORAL COMO TUTELA DOS DIREITOS COLETIVOS E A APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO MICROSSISTEMA PROCESSUAL COLETIVO E DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

FLÁVIO CHEIM JORGE.....	67
1 Introdução.....	67
2 Justiça Eleitoral e sua função.....	68
3 A competência da Justiça Eleitoral.....	69
4 Os valores que permeavam a Justiça Eleitoral quando de sua criação.....	72
5 A Constituição Federal, a urna eletrônica e a mudança do paradigma.....	75
6 A ausência de um tratamento sistêmico processual da tutela eleitoral.....	78
7 A natureza coletiva da ação eleitoral.....	79
8 A aplicação subsidiária dos diplomas processuais civis.....	80
9 Conclusão.....	84
Referências.....	86

O IMPACTO DO CONTRADITÓRIO SUBSTANCIAL NO DIREITO ELEITORAL À LUZ DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

LUIZ EDUARDO PECCININ, PAULO HENRIQUE GOLAMBIUK.....	89
1 Introdução.....	89
2 O equívoco da dispensabilidade do contraditório em matéria de ordem pública	90
3 Celeridade x contraditório: a harmonização de princípios do Direito Processual Eleitoral.....	94
4 Conclusão: o contraditório substancial no processo civil brasileiro e seu impacto real no Direito Processual Eleitoral.....	100
Referências.....	102

INTERVENÇÃO DE TERCEIROS NAS AÇÕES ELEITORAIS COLETIVAS: (NOVAS) PERSPECTIVAS DE COLETIVIZAÇÃO DO PROCESSO A PARTIR DO CPC/2015

ROBERTA MAIA GRESTA.....	105
1 Introdução.....	105
2 O problema da participação nas ações eleitorais coletivas.....	107
2.1 A impropriedade da noção de lide eleitoral.....	109
2.2 Dificuldades de acomodação das controvérsias coletivas ao conceito de lide.....	111
2.2.1 Socialismo jurídico: a polarização entre o interesse público e o interesse privado.....	111
2.2.2 Coletivização do processo: a substituição processual da coletividade pelos representantes adequados.....	114
2.3 Ação temática eleitoral: proposta para a estruturação das ações eleitorais coletivas.....	117
3 Intervenção de terceiros nas ações eleitorais coletivas.....	119
3.1 A figura do terceiro em relação às ações eleitorais coletivas.....	119
3.2 Modalidades de intervenção de terceiros do CPC/1973 e sua aplicação às ações eleitorais coletivas.....	122
3.2.1 Assistência.....	123
3.2.2 Oposição.....	125
3.3 Modalidades de intervenção de terceiros do CPC/2015 e sua potencial aplicação às ações eleitorais coletivas.....	127
3.3.1 Assistência.....	128
3.3.2 Oposição.....	130
3.3.3 Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	130
3.3.4 Amicus curiae.....	132
4 Considerações finais.....	133
Referências.....	136

IMPACTOS DO NCPC E DA REFORMA ELEITORAL NAS AÇÕES ELEITORAIS

LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA.....	139
1 Introdução.....	139
2 As ações eleitorais típicas para cassação de mandato. Avanços e retrocessos.....	140
3 Conexão e riscos de decisões conflitantes no processo eleitoral. Um avanço da reforma.....	142
3.1 A reunião de processos em instâncias diferentes. A conexão ineficiente da reforma. Suspensão por prejudicialidade	145
3.2 A reunião dos processos com o corregedor, competente para julgamento da AIJE.....	146
3.3 A AIME submete-se às regras de prevenção. O status constitucional não subverte as regras de mudança de competência	147
4 Continência, litispendência e coisa julgada. O microsistema das ações coletivas para as ações eleitorais.....	150
5 O reconhecimento de continência e litispendência nas ações eleitorais.....	152
5.1 Consequência do reconhecimento da litispendência e da continência nas ações eleitorais.....	154
5.2 Exceções à regra de reunião das demandas eleitorais propostas em litispendência ou continência.....	156

5.3 A continência não subverte a regra da reunião pela prevenção.....	157
6 A coisa julgada secundum eventum probationis (segundo o resultado da prova) no direito eleitoral.....	158
6.1 O que se entende por outras ou novas provas que autorizam a propositura de ação proposta sobre o mesmo fato. Juízo de admissibilidade.....	161
7 Conclusões.....	162

A REUNIÃO DAS AÇÕES ELEITORAIS SOBRE OS MESMOS FATOS

ADRIANO SOARES DA COSTA.....	165
1 Introdução.....	165
2 Natureza jurídica da reunião de ações.....	166
3 A extinção da mandamentalidade antecipada das ações eleitorais de cassação.....	167
4 Quais os fatos que ensejam a reunião das ações?.....	168
5 Fatos brutos, sucessos históricos e causa de pedir.....	169
6 Ações com idênticos fatos e momentos da sua reunião.....	171
7 Conexão e continência das ações eleitorais.....	172
8 Conclusão.....	173

NOTAS SOBRE A SEMELHANÇA E IDENTIDADE DE CAUSAS NO DIREITO PROCESSUAL ELEITORAL (ART. 96-B DA LEI Nº 9.504/97)

MARCELO ABELHA RODRIGUES.....	175
1 O conflito de interesses de natureza eleitoral e a sua judicialização.....	175
2 Conexão, continência e litispendência (total e parcial): semelhança e identidade de demandas.....	177
3 A identificação da ação coletiva eleitoral.....	181
4 A reunião das ações conexas e litispendentes no Direito Eleitoral brasileiro (art. 96-B da Lei nº 9.504/97).....	182
4.1 Fundamento de fato e seu papel na verificação da semelhança ou identidade de demandas.....	183
4.2 A possibilidade de novas demandas: legitimidade concorrente e disjuntiva.....	184
4.3 Efeitos da anexação da demanda repetida à anterior.....	184
4.4 A repetição da demanda fundada em nova ou outras provas (art. 96-B, §3º, da Lei nº 9.504/97).....	186
Referências.....	190

BREVES OBSERVAÇÕES SOBRE O ART. 96-B DA LEI Nº 9.504/97

RODRIGO LÓPEZ ZILIO.....	193
1 Introdução.....	193
2 O alcance da expressão “mesmo fato” (art. 96-B, caput, LE).....	194
3 Os influxos de interpretação do art. 96-B da LE.....	195
4 Da compatibilidade da lei ordinária para fixar causas de conexão em matéria eleitoral.....	196
5 Da incidência dos princípios de direito eleitoral como critério de interpretação do art. 96-B da LE.....	198

6 O direito fundamental à prova e a multiplicidade de bens jurídicos tutelados pelas ações cíveis eleitorais.....	201
7 Conclusão.....	203
A INAPLICABILIDADE DAS CLÁUSULAS NEGOCIAIS NO ÂMBITO ELEITORAL	
MARIA PAULA PESSOA LOPES BANDEIRA, MARIA STEPHANY DOS SANTOS.....	205
1 Introdução.....	205
2 Das inovações legislativas constitucionais e o seu reflexo na seara processual.....	206
3 O que são as cláusulas gerais do acordo de procedimento (art. 190, NCPC) e qual a sua finalidade?.....	209
4 A inaplicabilidade das cláusulas negociais no processo eleitoral: aspectos gerais.....	214
5 Conclusão.....	216
Referência.....	217
O NOVO CPC E A TUTELA ESPECÍFICA NA JUSTIÇA ELEITORAL	
FERNANDO MATHEUS DA SILVA.....	219
1 Introdução.....	219
2 Aplicação subsidiária da tutela específica contida no novo Código de Processo Civil na Justiça Eleitoral.....	223
3 Funcionamento da tutela específica na Justiça Eleitoral.....	227
3.1 Tutela inibitória.....	227
3.1.1 Tutela inibitória e o mito da censura prévia.....	231
3.2 Tutela de remoção do ilícito.....	233
3.3 Tutela de ressarcimento na forma específica.....	235
3.4 Técnicas processuais de efetivação da tutela específica.....	236
4 Conclusão.....	243
A (IN)COMPATIBILIDADE DA TUTELA PROVISÓRIA PREVISTA NO NCPC NO ÂMBITO DO DIREITO PROCESSUAL ELEITORAL	
JAQUELINE MIELKE SILVA, ROGER FISCHER.....	245
1 Considerações introdutórias.....	245
2 Requisitos necessários à concessão da tutela de urgência antecipada/cautelar.....	247
2.1 Requisitos gerais da tutela de urgência provisória (antecipada/cautelar).....	247
2.1.1 Probabilidade do direito.....	247
2.1.2 Perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.....	248
2.2 Requisito específico da tutela de urgência antecipada.....	248
2.2.1 Reversibilidade do provimento.....	248
2.2.2 A tutela provisória de urgência antecipada que tenha por objeto direitos fundamentais e a incompatibilidade do requisito reversibilidade.....	249
3 Da tutela de urgência antecipada requerida em caráter incidente.....	250
4 Da tutela de urgência antecipada requerida em caráter antecedente.....	250
4.1 Deferimento da tutela de urgência antecipada e aditamento da petição inicial.....	251
4.2 Indeferimento da tutela de urgência antecipada.....	251
4.3 Não interposição de recurso da decisão que deferir a tutela antecipada e	

estabilização do provimento.....	251
4.4 Pressupostos da estabilização da decisão que concede a tutela antecipada.....	253
4.5 Ação autônoma com pedido de revisão, reforma ou invalidação da decisão estabilizada.....	254
5 Tutela cautelar no NCPC não mais dotada de autonomia procedimental.....	254
6 A tutela de evidência no NCPC.....	255
6.1 Natureza da tutela de evidência no NCPC.....	256
6.2 Modalidades de tutela de evidência.....	256
6.2.1 Abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu.....	256
6.2.2 Alegações de fato comprovadas apenas documental e tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante.....	257
6.2.3 Pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa.....	258
6.2.4 Petição inicial instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável....	258
6.3 Processamento da tutela de evidência.....	259
7 As ações eleitorais e a aplicação supletiva e subsidiária do NCPC.....	259
7.1 Ações que visam impedir o Registro de Candidato ou a Cassação de Mandatário.....	261
7.2 Representações por Condutas Vedadas.....	264
7.3 Pedidos visando ao Direito de Resposta e coibir Propaganda Eleitoral irregular.....	264
8 Considerações finais.....	265
Referências.....	266

DISTRIBUIÇÃO DINÂMICA DO ÔNUS DA PROVA NO PROCESSO ELEITORAL?

FLAVIO YARSHELL.....	269
1 Hipótese.....	269
2 A especialidade do processo eleitoral.....	269
3 Aplicação subsidiária do CPC/2015 em matéria probatória.....	271
4 Distribuição “dinâmica” do ônus da prova.....	272
5 Observância do contraditório.....	275
6 Conclusão.....	276

DINAMIZAÇÃO DO ÔNUS DA PROVA NO DIREITO ELEITORAL

ANTÔNIO VELOSO PELEJA JÚNIOR.....	279
1 Um código processual valorativo.....	279
2 O significado de um código.....	280
3 A aplicação do CPC ao código e leis eleitorais.....	281
3.1 Teorias da prova e os Códigos de Processo Civil.....	281
3.1.1 A teoria estática e o ônus da prova.....	281
3.1.2 A teoria dinâmica do ônus da prova.....	282
3.2 O novo Código de Processo Civil e a teoria dinâmica do ônus da prova.....	286
3.3 A aplicação da teoria dinâmica na seara eleitoral.....	287
4 Conclusão	290

Referências.....	290
------------------	-----

A DINAMIZAÇÃO DO ÔNUS DA PROVA NO DIREITO ELEITORAL

DYOGO CROSARA.....	293
1 Introdução.....	293
2 A aplicação do novo CPC ao processo eleitoral.....	294
3 A teoria dinâmica da prova no novo CPC.....	296
4 A aplicação da teoria dinâmica no processo eleitoral.....	299
5 Considerações Finais.....	303
Referências.....	304

“COMPRA DE VOTOS”, DIREITO SANCIONADOR E ÔNUS DA PROVA

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON.....	307
1 Introdução.....	307
2 Direito sancionador.....	307
3 Formação do convencimento judicial: necessidade da presença de dolo.....	309
4 Distribuição do ônus da prova no Código de Processo Civil de 2015 e modelo de constatação a ser empregado na aplicação das sanções por captação ilícita de sufrágio.....	312
5 Conclusões.....	316

DECISÕES NO PROCESSO DE REGISTRO DE CANDIDATURA E COISA JULGADA:

OS ARTIGOS 502 E 503 DO NCPC E O DIREITO ELEITORAL

ELAINE HARZHEIM MACEDO.....	317
1 Introdução	317
2 A Justiça Eleitoral e suas funções.....	318
3 A judicialidade do registro de candidaturas	320
4 Ação de impugnação ao registro de candidatura: sumarização do processo e técnica de inversão do contraditório.....	325
5 Coisa julgada no novo CPC e o processo de registro de candidaturas.....	328
5.1 Noções gerais sobre a coisa julgada no novo CPC.....	328
5.2 Coisa julgada e o processo de registro de candidaturas.....	329
6 Considerações finais.....	333
Referências.....	333

O LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ ELEITORAL VERSUS A FUNDAMENTAÇÃO ANALÍTICA EXIGIDA PELO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

ENEIDA DESIREE SALGADO, THIAGO PRIESS VALIATI, PAULA BERNARDELLI.....	335
1 Um debate (que deveria ser) desnecessário.....	335
2 O processo eleitoral e o direito processual eleitoral.....	336
2.1 Os bens jurídicos protegidos.....	336
2.2 O caráter assistemático das regras processuais eleitorais.....	338
2.3 O rito da ação de investigação judicial eleitoral e o polêmico artigo 23 da Lei Complementar nº 64/90.....	340

3 A teoria da prova e a livre apreciação no direito eleitoral.....	343
3.1 Os efeitos das decisões – soberania popular e direitos fundamentais.....	343
3.2 O livre convencimento do juiz e o ônus da prova.....	346
3.3 A prova testemunhal singular, o artigo 41-A e o novo Código de Processo Civil.....	348
4 A nova lógica do direito processual: a fundamentação analítica e o sistema probatório	350
4.1 O fim do livre convencimento	350
4.2 A fundamentação das decisões judiciais.....	353
4.3 A aplicabilidade do novo Código de Processo Civil ao direito eleitoral: racionalidade do sistema.....	355
Referências.....	357

PONDERAÇÃO E DEVER GERAL DE FUNDAMENTAÇÃO NO DIREITO ELEITORAL

JOÃO ANDRADE NETO.....	359
1 Introdução.....	359
2 Em que consiste a fundamentação judicial?.....	361
3 Dever, direito e princípio constitucional de fundamentação.....	363
4 Funções do princípio da fundamentação.....	364
4.1 Teses fortes e fracas sobre a função jurídica da fundamentação.....	365
4.2 A insuficiência das teses fracas.....	366
5 A nulidade das decisões judiciais não fundamentadas.....	367
5.1 O 1º do art. 489 e a nulidade das decisões judiciais não fundamentadas.....	367
5.2 O §2º do art. 489 e a nulidade das decisões judiciais não fundamentadas.....	368
5.2.1 Colisão entre normas?.....	368
5.2.2 Ponderação de princípios.....	370
5.2.3 Ponderação e justificação.....	371
6 Os §§1º e 2º do art. 489 se aplicam ao Direito Eleitoral?.....	372
6.1 Argumentos gerais pela aplicação dos §§1º e 2º do art. 489 no Direito Eleitoral.....	373
6.2 Argumentos específicos pela aplicação do §2º do art. 489 no Direito Eleitoral.....	374
7 Conclusões.....	375
Referências.....	376

CONCEITOS JURÍDICOS INDETERMINADOS NO DIREITO ELEITORAL: UM OLHAR A PARTIR DA NECESSIDADE DE FUNDAMENTAÇÃO NAS DECISÕES JUDICIAIS PREVISTA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

MARCELO RAMOS PEREGRINO FERREIRA, ORIDES MEZZAROBA.....	381
1 Introdução.....	381
2 O problema da fundamentação das decisões no contexto Constitucional.....	381
3 A problemática da fundamentação no novo Código de Processo Civil.....	387
4 Os fundamentos dos conceitos indeterminados.....	388
5 Conceitos indeterminados na jurisprudência sobre o Direito Eleitoral.....	390
5.1 A problemática da inelegibilidade.....	390
5.2 O caráter nacional dos partidos.....	393
5.3 A fidelidade partidária.....	393
5.4 O princípio da anterioridade eleitoral.....	394

5.5 O art. 23 – Lei Complementar nº 64/1990.....	395
5.6 A jurisprudência retrocessiva dos direitos fundamentais.....	396
6 Conclusão.....	397

OS REFLEXOS DO NCPC NO SISTEMA RECURSAL ELEITORAL CÍVEL

SANDRO MARCELO KOZIKOSKI.....	399
1 Considerações preliminares.....	399
2 A mudança no rol dos recursos cíveis e suas projeções em relação aos meios impugnativos recursais utilizados na Justiça Eleitoral.....	401
a) O agravo de inadmissão para “destrancamento” de recurso excepcional.....	401
b) O agravo de instrumento no processo eleitoral.....	403
c) O agravo interno e os julgamentos monocráticos.....	405
d) Os embargos de declaração na justiça eleitoral.....	407
3 Os reflexos do NCPC no sistema recursal civil da Justiça Eleitoral.....	408
a) O NCPC e a supressão do juízo prévio de admissibilidade dos recursos ordinários.....	408
b) A forma de fluência e cômputo dos prazos recursais.....	410
c) A padronização dos prazos cíveis e as regras especiais do processo eleitoral.....	411
d) A desistência do recurso interposto (CPC, art. 998).....	412
e) Ausência de suspensividade dos recursos eleitorais e técnicas processuais voltadas à obtenção do efeito suspensivo.....	413
4 Conclusões.....	415
Referências.....	415

O RECURSO ORDINÁRIO E SEU EFEITO SUSPENSIVO NA SEARA ELEITORAL

WALBER DE MOURA AGRA.....	417
1 Introdução.....	417
2 Recursos ordinários em geral.....	418
3 Recurso ordinário eleitoral.....	422
4 Efeito suspensivo.....	425
5 O efeito suspensivo como regra no processo eleitoral.....	427
6 Conclusão.....	429
Referências.....	430

A AÇÃO DE RESSARCIMENTO DE DANOS CAUSADOS À UNIÃO NO CASO DA ANULAÇÃO DE ELEIÇÕES PELA JUSTIÇA ELEITORAL

FERNANDO NEISSER.....	433
1 Introdução.....	433
1.1 Pressupostos fáticos e jurídicos.....	433
1.2 Proposta do artigo.....	437
2 Hipóteses de anulação de eleições.....	437
2.1 Ato ilícito imputável ao candidato.....	438
2.1.1 Ato ilícito e a cumulação das sanções previstas em lei com o ressarcimento.....	439
2.2 Ato ilícito imputável a agente do candidato.....	441
2.3 Ato ilícito tendo o candidato por mero beneficiário.....	443

2.4 Candidato que disputa com registro indeferido.....	444
2.5 Candidato que disputa com registro deferido.....	447
2.6 Candidato cujo registro não é julgado no prazo legal.....	448
2.7 Mais de um candidato cassado: somatória dos votos implica necessidade de nova eleição.....	452
3 Elemento subjetivo e nexos de causalidade.....	453
3.1 O candidato que dá causa à anulação das eleições e sua inelegibilidade.....	454
3.1.1 O candidato que disputa albergado por antecipação dos efeitos de tutela recursal: o art. 26-C da Lei Complementar nº 64/90.....	454
3.1.2 O candidato a vice ao qual não se imputa conduta ilícita ou inelegibilidade.....	456
3.2 O número de votos dados ao candidato e o nexo causal: causalidade comum ou caso fortuito.....	458
4 As alterações advindas da Lei nº 13.165/2015.....	460
4.1 A obrigatoriedade de novas eleições.....	461
4.2 A atribuição de responsabilidade pelo pagamento das novas eleições à Justiça Eleitoral.....	462
5 Conclusões.....	463
Referências.....	465

DA DUPLA INCONSTITUCIONALIDADE ADVINDA COM A LEI Nº 13.165/2015: DO NOCIVO EFEITO SUSPENSIVO AUTOMÁTICO E DA ESCALAFOBÉTICA EXIGÊNCIA DE TRÂNSITO EM JULGADO PARA A REALIZAÇÃO DE NOVAS ELEIÇÕES

RODRIGO TERRA CYRINEU.....	467
1 Introdução.....	467
2 Histórico jurisprudencial atinente à eficácia imediata das decisões judiciais em processos eleitorais.....	467
3 Da nocividade do efeito suspensivo automático e sua desarmonia com o postulado do due process of law.....	470
4 Da exigência da coisa julgada para realização de novas eleições e a manifesta subversão da soberania popular.....	476
5 Da necessária intervenção do Supremo Tribunal Federal como guardião da Constituição e garantidor da segurança jurídica.....	478
6 Conclusões.....	479

SOBRE OS AUTORES.....	481
-----------------------	-----